Comissão Parlamentar de Inquérito CPI – Escutas Telefônicas

Requerimento n°... de 2008

Requer a oitiva do Sr. Paulo Afonso Feijó, vicegovernador do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de prestar esclarecimentos acerca das gravações, que assumiu ter feito, de conversas suas com autoridades políticas do Rio Grande do Sul, já divulgadas e outras de conteúdo ainda não revelado.

Senhor presidente

Requeiro, nos termos regimentais, a oitiva do Sr. Paulo Afonso Feijó, vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul, a fim de prestar esclarecimentos acerca das gravações, que assumiu ter feito, de conversas suas com autoridades políticas do Rio Grande do Sul, já divulgadas e outras de conteúdo ainda não revelado.

Justificativa

A divulgação pelo vice-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Paulo Afonso Feijó de um diálogo de 22 minutos e 10 segundos com o chefe da Casa Civil, Cézar Busatto, abalou o Estado, não apenas por seu conteúdo muito grave, mas também porque levanta suspeitas sobre os métodos de enfrentamento entre autoridades políticas do Rio Grande do Sul.

O próprio vice governador já afirmou possuir gravações de outras conversas

com integrantes do governo e do meio político estadual. Inicialmente, a afirmação soa

como ameaça, o que também tem servido de motivo para acusações e promessa de

interpelação judicial.

Como o grampo não autorizado pela justiça sempre tem objetivos obscuros e

suspeitos, é fundamental que esta CPI convoque o vice governador do Rio Grande do Sul

para explicar muitas questões pendentes de elucidação. Entre elas, os motivos que o

levaram a esta atitude extremada, quais são as autoridades grampeadas e o teor das

escutas ainda não divulgadas. Cabe a ele, também, responder sob juramento se

grampeou apenas conversas suas ou se também registrou clandestinamente diálogos de

terceiros. Além disso, o vice governador tem que responder porque optou por tornar

público apenas trechos das gravações que fez com o secretário da Casa Civil.

Em resumo, os atos do vice governador Paulo Feijó precisam ficar claros para

a sociedade. Precisamos saber se foi um gesto extremo de auto-defesa ou se teve a

intenção de obter vantagens para si ou prejuízos a terceiros.

Sala das Sessões, 11 de junho de 2008.

POMPEO DE MATTOS
DEPUTADO FEDERAL
PDT-RS